



A. ROUIVO

Nem mesmo a triste realidade das invasões, que aumentam a cada dia chegando a atingir um número de 3 mil pessoas que nelas se abrigam, fez com que o governo adotasse medida mais efetiva.

A saída é esvaziar Brasília e empregar na geoeconômica

«A saída para Brasília é o seu esvaziamento ou o desafogo através da oferta de mercado de trabalho na região geoeconômica». Quem assim diz é o arquiteto Paulo Magalhães, trabalhando em Brasília desde 1959, já tendo sido administrador de Planaltina no governo Plínio Catanhede. Entende o urbanista, que deve haver uma intervenção a nível federal com a participação dos governantes dos estados componentes da geoeconômica e do governador do Distrito Federal, «tendo em vista o desenvolvimento dessa região e o seu equilíbrio».

— Na impossibilidade de o governo resolver problemas em termo definitivo, ou seja, encaminhando essa população de excedentes para áreas em desenvolvimento, o que há — diz Paulo Magalhães — é uma protelação, pois a construção de meia-dúzia de casas ou milhares delas não resolve.

Segundo o arquiteto, o que existe é um problema sócio-econômico e não habitacional pois, observa ele que quando há mercado de trabalho há produtividade e naturalmente um certo enriquecimento que gera recursos para se construir. «O que ocorre em Brasília é a criação de depósitos populacionais em decorrência da pressão migratória», frisou.

PLANO

Acredita Paulo Magalhães que no Plano de Desenvolvimento da Geoeconômica, o que deveria ser prioritário era a abertura de mercado de trabalho, mediante aproveitamento da potencialidade regional. — Essa preocupação — lembrou ele — sempre existiu por parte dos técnicos e menos por parte dos políticos e administradores, sendo que agora, dado a gravidade do problema, parece que todos estão sendo sensibilizados.

Explica o arquiteto responsável pelo plano urbanístico de um novo setor em Planaltina (hoje Vila Buritis), «que infelizmente eu não pude executar», que a migração para Brasília decorre de um fluxo migratório intenso, que há muitos anos vem acontecendo de norte para o sul. São na realidade — explica — excedentes populacionais que migram por questões de sobrevivência, em busca de mercado de trabalho. Entretanto, salienta ele que Brasília representou esse mercado e que já não pode se considerar o mercado de construção civil como permanente e sim auxiliar, sujeito a variações, o que vindo a ocorrer em uma cidade que está sendo «acabada», deveria provocar o que de fato segundo ele, ocorreu, ou seja, «o desemprego e a constituição de favelados na periferia de Brasília». — Eu suponho — diz Paulo Magalhães — que Brasília esteja virtualmente comprometida em relação a sua função de centro de desenvolvimento nacional. Do ponto de vista regional — continua — na verdade o que aconteceu foi uma melhoria razoável dos centros urbanos já existentes mais afastados de Brasília, como Anápolis, Goiânia e Belo Horizonte.

«Como a questão foi de urbanizar para ter um ponto de partida para o desenvolvimento — diz ironicamente o arquiteto — a falta de um plano regional permitiu que os centros urbanos mais próximos, pólos como Luziânia e Formosa, permanecessem praticamente estagnados.

ECONOMIA

Salienta Paulo Magalhães que a motivação econômica é mais forte para o desenvolvimento da região, ou melhor, diz ele, «toda uma região que tem potencialidade desenvolve a partir da motivação econômica. Na verdade — continua — Brasília foi, de início, imaginada para ser a capital da República, «mas provocou um processo de urbanização que pelo visto vai adquirir proporções gigantescas».

— A migração, observa Paulo Magalhães — aumenta na medida em que cresce a oferta de residências e por sua vez a urbanização é motivada pela migração, estabelecendo-se um *feed-back*, o que é um fenômeno típico dos países em desenvolvimento, quando o êxodo rural não decorre da modernização da agricultura e da industrialização e sim do crescimento populacional.

Do ponto de vista da arquitetura, falou Magalhães das contradições existentes em Brasília (Plano Piloto) e suas cidades-satélites que, segundo ele, guardam não só no traçado urbano como na arquitetura, modelos tradicionais no Brasil. Isso se deve — em parte — continua — à pressa com que foram criadas as cidades-satélites, não havendo tempo para o planejamento amadurecido. «De qualquer forma — diz Paulo Magalhães — a amostragem que se tem é bem significativa da época em que estamos vivendo, de *transitoriedade*, e sobretudo da confusão que se estabelece a partir da heterogeneidade das comunidades abrigadas nessas satélites.

GEOECONOMICA

Acredita Paulo Magalhães que um plano correto de desenvolvimento da geoeconômica funcionaria como atrativo, desviando o fluxo migratório e até mesmo podendo aliviar em termos populacionais o Distrito Federal.

Informa ele que 80% dos trabalhadores que vêm para Brasília são do campo, e «acabam por aprender aqui uma nova profissão ou se adaptarem a outras, sendo que a perspectiva de melhores condições de trabalho levaria grande parte da população a sua atividade antiga, já que, lembra o arquiteto, nem sempre a imigração é rural — urbana, podendo ser rural-rural».

— A questão — ressalta ele — seria de apoio governamental, mediante intervenções compatíveis com a realidade e não utópicas. O ideal — frisou — seria colher subsídios de baixo para cima para que houvesse uma ação em sentido inverso, sem a qual o planejamento estará comprometido, por alienação.